

O ensino da oralidade: um panorama anterior aos PCN-EF/98

(The teaching of oral language: an overview before the PCN-EF/98)

Paula Gaida Winch¹

¹Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS)

pgwinch@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to provide an overview of oral language taught in Portuguese Language (PL) classes in the 80s and 90s. For that, it was carried out a survey of papers published at Gel Seminars Proceedings from 1978 to 1998. We found 10 papers about PL teaching, articulated with oral language, and 12 about oral language, articulated with teaching. From a deeper reading of these papers, we could observe that more importance started being attributed to oral language in 80s, with the conversational studies. The speaking skill is slightly worked in PL classes and, according to the papers analyzed, this work is conducted in order to improve students' writing skill. Thus, the oral language serves as an instrument that facilitates the learning and the improvement of the writing skill, which is a predominant concern in most of the papers.

Keywords: Portuguese Language; teaching; oral language; Gel proceedings.

Resumo: Este artigo visa a traçar um panorama acerca do ensino da oralidade em aulas de Língua Portuguesa (LP) nas décadas de 80 e 90. Para isso, realizou-se um levantamento dos artigos publicados nos Anais dos Seminários do Gel de 1978 a 1998. Encontraram-se 10 trabalhos sobre ensino de LP, articulados à oralidade, e 12 sobre língua oral, articulados ao ensino. Mediante leitura aprofundada desses trabalhos, constatou-se que se começa a atribuir maior importância à língua oral em meados da década de 1980, com os estudos conversacionais. A oralidade é pouco trabalhada nas aulas de LP e, conforme os trabalhos analisados, esse trabalho ocorre devido à busca por aprimorar a habilidade de escrever dos alunos. Assim, a oralidade constitui-se em um instrumento facilitador da aprendizagem e do aprimoramento da escrita, a qual é uma preocupação predominante na maioria dos trabalhos.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; ensino; língua oral; Anais do Gel.

Considerações iniciais

Estamos presenciando, mediante as políticas públicas referentes ao ensino de Língua Portuguesa (LP), uma maior reflexão, ou ao menos uma orientação, no sentido de que a oralidade seja vista como um dos tópicos a serem trabalhados nas aulas de LP, da mesma forma que a produção textual, a análise linguística e a leitura.

Evidenciamos essa preocupação com o desenvolvimento da expressão oral, por parte dos alunos, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental de Língua Portuguesa – PCN-EF (BRASIL, 1998). No documento em questão, orienta-se para que o ensino da língua materna seja organizado a partir de três práticas: (1) prática de escuta e de leitura; (2) prática de produção de textos escritos e orais; e, (3) prática de análise linguística. Percebemos, nessas práticas, que a oralidade é contemplada na escuta, entendida como “movimentos realizados pelo sujeito para compreender e interpretar textos orais” (BRASIL, 1998, p. 35), e na produção de textos orais. Ao longo do referido documento, há um conjunto considerável de orientações sobre como

ensinar a língua na modalidade oral em sala de aula, tanto no que diz respeito à escuta de textos orais quanto à produção de textos orais.

No Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011 (BRASIL, 2010), também está colocada a preocupação com o desenvolvimento da oralidade, sendo necessário que as coleções didáticas proponham atividades para desenvolver a expressão oral dos alunos. Nesse Guia, sugere-se que os conteúdos de LP estejam organizados a partir de quatro eixos de ensino: (1) leitura; (2) produção de textos escritos; (3) oralidade; e, (4) conhecimentos linguísticos. Ao compararmos esses quatro eixos com as três práticas propostas nos PCN-EF, percebemos que

[...] há um desdobramento no que se refere à produção escrita e à produção oral do aluno, o que podemos entender como forma de dar maior ênfase ao fato de que, na escola, a oralidade também deve ser trabalhada e na mesma proporção que a escrita, a leitura e os conhecimentos linguísticos. Ela não é um apêndice do trabalho com a escrita. (WINCH, 2011, p. 6)

Diante dessas orientações apontando a necessidade de tratar, nas aulas de LP, a língua na modalidade oral, questionamo-nos sobre como o ensino da oralidade vem sendo representado em pesquisas e trabalhos acadêmicos. Assim, visamos, neste artigo, a traçar um panorama do modo como era pensado o ensino da oralidade em aulas de LP, tendo por referência o período em que as ideias linguísticas começaram a difundir-se de forma mais intensa, fim da década de 1970, até a publicação dos PCN-EF de LP, em 1998.

Partimos do pressuposto de que os PCN-EF, devido a apresentarem orientações explícitas sobre como conceber a oralidade e como incluí-la como conteúdo nas aulas de LP, conforme já mencionamos, podem ser tomados como marco para o desenvolvimento de práticas de ensino em sala de aula voltadas ao desenvolvimento da oralidade. Almejamos, em pesquisas futuras, contemplar as produções acadêmicas posteriores à publicação desse documento.

Para traçar esse panorama, realizamos um levantamento dos trabalhos referentes ao ensino da oralidade publicados nos Anais dos Seminários do Gel (<<http://www.gel.org.br/busca-gel/index.php>>), de 1978¹ a 1998, contemplando trabalhos publicados da primeira à vigésima sétima edição do evento.

Decidimos utilizar esses trabalhos como *corpus* da pesquisa devido à relevante contribuição dos Seminários do Gel para com as discussões e os avanços na área da Linguística, de modo que as edições do evento iniciam concomitantemente com a difusão dos estudos linguísticos e estendem-se até hoje, retratando, assim, parte da história do ensino da LP, bem como tendências em pesquisas e trabalhos acadêmicos, seja em relação à fonologia, à semântica, à sintaxe, à morfologia, à literatura, à produção textual, à leitura, ao ensino de língua materna e ao de língua estrangeira.

Realizamos a seleção dos trabalhos a serem analisados a partir dos seus títulos, os quais apresentam, em sua maioria, elevado grau de especificidade, permitindo a identificação do assunto do trabalho e a existência de relação ou não com o ensino da oralidade. Selecionamos todos os trabalhos sobre ensino de LP (25), cujo título não traz especifica-

¹ primeira edição do evento ocorreu em 1975. Entretanto, as publicações *on-line* iniciam a partir de 1978. Juntamente com as publicações desse último ano, há trabalhos apresentados no evento em 1975.

ções, para, posteriormente, verificarmos se contemplam a oralidade; e, também, todos sobre língua na modalidade oral (38), para, após, vermos se há ou não relação com o ensino.

Dessa forma, dentre um conjunto de 1975 trabalhos, selecionamos 63 deles para lermos na íntegra.

Comentários e discussões acerca dos trabalhos selecionados

Comentamos e discutimos os trabalhos selecionados nos itens a seguir: Trabalhos sobre ensino de LP; e Trabalhos sobre língua na modalidade oral.

Trabalhos sobre ensino de LP

Encontramos um total de 25 trabalhos voltados ao ensino de LP, cujos títulos não trazem especificações sobre o aspecto da língua materna contemplado no decorrer do trabalho. A partir da leitura dos mesmos, constatamos que 10, dentre os 25, fazem menção à oralidade.

Representamos esses trabalhos em uma tabela (Tabela 1), conforme seu ano de publicação e o fato de fazerem ou não menção à oralidade. Nessa tabela, não incluímos o ano 1979, pois não há publicação *on-line*, nem os anos 1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1988, 1990, 1997, 1998, visto que, nas edições do evento realizadas nesses anos, não encontramos trabalhos voltados para o ensino de LP. Optamos por utilizar dois traços (--) para indicar que não há trabalhos, em vez de número (00), para uma melhor visualização.

Tabela 1: Panorama dos trabalhos voltados ao ensino de LP

ANO	Fazem menção à oralidade	Não fazem menção à oralidade
1978	02	01
1983	--	02
1986	--	01
1987	01	03
1989	01	01
1991	02	01
1992	01	--
1993	02	01
1994	01	02
1995	--	02
1996	--	01
Subtotais	10	15
Total	25	

Dentre esse conjunto de trabalhos voltados ao ensino de LP, ao total 25, centramos nossa atenção, conforme o objetivo deste artigo, nos 10 trabalhos que mencionam a oralidade, a saber: Rodrigues (1978); Centola (1980); Silva, Moraes (1987); Fregonezi (1989, 1991); Cunha, Guimarães, Calçada (1991); Guimarães et al. (1992); Bortolanza (1993); Cunha et al. (1993); e Fernandes (1994).

Para traçarmos comentários acerca desses trabalhos, explicitando as considerações contidas neles sobre oralidade, dividimo-los em quatro grupos:

- a. Apresentação de documentos que orientaram o ensino de LP (04 trabalhos);
- b. Relato de pesquisas realizadas junto a professores de Educação Básica (03 trabalhos);
- c. Relato de processo de reformulação de grade curricular ou programa de ensino de LP (02 trabalhos);
- d. Relato de experiência vivenciada em sala de aula (01 trabalho).

A seguir, tratamos, em separado, os trabalhos inseridos em cada um desses grupos.

Apresentação de documentos que orientaram o ensino de LP

Nos trabalhos inseridos neste grupo – Rodrigues (1978), Fregonezi (1989; 1991), Cunha et al. (1993) – há menção a vários documentos que nortearam o ensino de LP, no decorrer de sua história, e que mencionam, de forma explícita, a importância ou o tratamento a ser atribuído ao desenvolvimento da expressão oral por parte dos alunos nas aulas de LP.

Rodrigues (1978) faz menção a orientações contidas na Resolução CFE² n. 853/71, decorrente da Lei n. 5692/71, que estabelece as Diretrizes Curriculares. Mediante a legislação, a expressão oral dos alunos seria desenvolvida a partir da leitura de textos literários. Conforme aponta o autor, não havia preocupação em evidenciar as diferenças entre língua escrita e língua oral e nem em reconhecer as variantes linguísticas.

Fregonezi (1989) também se refere à Resolução, acima citada, expondo que a oralidade está entre os objetivos do ensino de LP, consoante fragmento da Resolução presente em seu trabalho: “A Língua Portuguesa, portanto, será encarada como o instrumento por excelência de comunicação no duplo sentido de transmissão e compreensão de ideias, fatos e sentimentos sob a dupla forma oral e gráfica, o que valer dizer leitura, escrita, comunicação oral” (p. 355). O autor também aponta que os livros didáticos, daquele momento, visavam ao desenvolvimento de habilidades de falar, escutar, ler e escrever mediante a realização de exercícios de leitura, de linguagem oral, de conteúdo gramatical e atividade de redação.

Em outro trabalho do referido autor, datado de 1991, encontramos referência a documentos que se estendem da década de 1950 a de 1980. Primeiramente, é citada a Portaria Ministerial n. 1045/51, que traz sugestões metodológicas para desenvolvimento do ensino, as quais englobam a indicação de textos de leitura, de exercícios de linguagem oral e redação... (FREGONEZI, 1991, p. 486).

Em segundo lugar, há menção a instruções, publicadas pelo CFE em decorrência da LDB, Lei n. 4025/61, sob o título “Amplitude e Desenvolvimento do Programa de Português”. Nessas instruções, “acham-se colocadas, de modo bastante explícito, recomendações quanto ao desenvolvimento de atividades relacionadas à Expressão Oral, à Expressão Escrita e à Gramática Expositiva” (p. 487).

² Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em terceiro lugar, encontra-se menção à LDB, Lei n. 5692/71, que regulamenta sobre alterações na denominação da disciplina Língua Portuguesa, passando essa a ser denominada “Comunicação e Expressão”.

Por último, é mencionado um documento, criado pelo MEC em 1986, intitulado “Diretrizes para o aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa”, o qual, segundo palavras de Fregonezi (1991, p. 485), indica que “o objetivo do ensino de língua portuguesa é o treinamento de quatro habilidades específicas – o falar e o escrever, o ouvir e o ler”. E ele complementa: “Assim, sendo, são trabalhadas atividades de expressão escrita – escrever/ler – e habilidades de linguagem oral – falar/ouvir” (FREGONEZI, 1991, p. 485).

Em Cunha et al. (1993) também há referência à Portaria Ministerial n. 1045/51 e ao Documento n. 91372/85, o qual, após recomendar a formação do ouvinte e do leitor, “recomenda igualmente a formação do falante e do autor de textos orais e escritos que respondam às necessidades de expressão do aluno...” (p. 257).

De acordo com esses trabalhos, podemos constatar que, no decorrer da constituição do ensino de LP, tem-se uma preocupação constante, quanto a documentos legais, com o desenvolvimento da expressão oral por parte dos alunos. Essa preocupação fica evidente nas indicações de atividades a serem realizadas em sala de aula envolvendo língua oral, tal como leitura oral de textos literários, exercícios de linguagem oral, bem como na escolha da nomenclatura “Comunicação e Expressão” para denominar a disciplina escolar voltada ao ensino de LP.

Relato de pesquisas realizadas junto a professores de Educação Básica

Os trabalhos inseridos neste grupo – Cunha, Guimarães, Calçada (1991), Guimarães et al. (1992) e Fernandes (1994) – apresentam resultados obtidos a partir da aplicação de questionário e/ou realização de entrevistas com professores atuantes na Educação Básica. Destacamos, aqui, os resultados que dizem respeito ao desenvolvimento da expressão oral nas aulas de LP.

Cunha, Guimarães e Calçada (1991) realizaram entrevistas com professores que atuaram entre décadas de 60 e 80. Nos resultados da pesquisa, eles apontam que os professores mencionam, como uma das maiores dificuldades no ensino de LP, “o desconhecimento das duas modalidades da língua: a oral e a escrita. O aluno transfere para o texto escrito as propriedades da língua oral” (p. 195).

Guimarães et al. (1992) relatam resultados obtidos a partir da análise de questionários respondidos por 120 professores da rede pública e/ou privada. Nas respostas à pergunta sobre ao que se atribui ou deve se atribuir maior ênfase,

[...] aparece, em primeiro lugar, a redação ou construção de textos (67%), seguida pela interpretação e estudos de textos (56,7%), gramática (54,2%) e leitura (50%)...Com índice de importância extremamente baixo (1 ou 2 ocorrências), observamos a preocupação com a expressão oral, a ortografia e a morfologia especificamente. (GUIMARÃES et al., 1992, p. 251, sublinhado no original)

Conforme a pesquisa, como sugestão para aprimorar o ensino, as professoras apontam a leitura em voz alta, a qual pode auxiliar a “corrigir defeitos de dicção, proce-

der a análise estética do texto e ainda confirmar a observação dos fatos da linguagem, na análise do emprego e do valor das palavras nos seus princípios morfo-sintáticos” (GUILMARÃES et al., 1992, p. 253).

Por último, no trabalho de Fernandes (1994), são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação de questionários a 512 professores do ensino fundamental, atuantes em diferentes regiões do país. Destaca-se que, nas respostas à primeira pergunta sobre os conteúdos que as professoras mencionaram ter aprendido durante seu processo de escolarização, há predomínio de aspectos gramaticais tratados a partir de um ensino tradicional da metalinguagem, sendo que “as atividades que se enquadram na área de expressão oral aparecem discretamente nos questionários” (FERNANDES, 1994, p. 690). Entretanto, nas respostas à terceira questão sobre conteúdos que estão ministrando em suas aulas, “as atividades que desenvolvem o espírito crítico e trabalham com expressão oral tiveram aumento significativo – a categoria debates/diálogos passou de 11 ocorrências (na 1ª questão) para 40 (na 3ª questão); dramatização, de 6 para 28; e expressão oral, de 21 para 82” (p. 693).

Nos resultados dessas pesquisas junto aos professores, percebemos um interesse crescente em trabalhar a língua oral em sala de aula, visto que o desconhecimento das particularidades da língua oral, por parte do aluno, é tido como um dos problemas do ensino. Há também sinalizações de que se começa a desenvolver um maior número de atividades tendo como foco a oralidade, tais como diálogos, debates, dramatizações e exercícios de expressão oral.

Relato de processo de reformulação de grade curricular ou programa de ensino de LP

Fazem parte deste grupo os trabalhos de Centola (1980) e de Silva e Moraes (1987), os quais relatam um repensar nos conteúdos a serem ministrados nas aulas de LP.

Centola (1980), considerando a crítica ao ensino de LP, devido à maioria dos alunos, após concluir ensino fundamental e médio, não ser capaz de escrever ou falar de modo coerente sobre um assunto específico, relata o processo de reelaboração da grade curricular de LP para o ensino fundamental. Na grade proposta, dentre os aspectos priorizados no ensino da língua materna, tem-se “A linguagem oral como um dos objetivos do ensino” (p. 13).

Silva e Moraes (1987), tendo por referência o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina/SC, referente ao período de 1985 a 1988, relatam sobre o projeto de reformulação do programa de ensino para 5ª série do ensino fundamental (atual 6º ano). Nesse projeto, observa-se uma preocupação com o desenvolvimento da oralidade, visto que uma das etapas do programa é: “Elaboração sistemática do código escrito e oral através da narração, da poesia, da dramatização” (p. 405). Esse tratamento a ser atribuído à oralidade é justificado pelo fato de que o aluno necessita compreender as diferenças entre código oral e código escrito, para, assim, melhorar seu desempenho na produção escrita, objetivo maior do projeto.

Nesses trabalhos, observamos que a língua em sua modalidade oral é inserida, na década de 1980, em alguns programas de LP, sendo que essa inserção ocorre, parcialmente, visando ao aprimoramento dos alunos no uso da língua na modalidade escrita.

Relato de experiência vivenciada em sala de aula

Encontramos em apenas um trabalho – Bortolanza (1993) –, o relato de atividade desenvolvida no âmbito da aula de LP cujo foco é o desenvolvimento da expressão oral por parte dos alunos. Trata-se de mostrar como o teatro é produtivo no ensino da língua, por ele desinibir, desbloquear o aluno. Também há menção a atividades que trabalham com a expressão oral, tais como: situações de fala em torno de tema de interesse da classe; dramatizações; encenações de textos escritos.

Trabalhos sobre língua na modalidade oral

Encontramos, considerando o título, um total de 38 trabalhos cujo foco é a língua na modalidade oral. Mediante leitura mais aprofundada, percebemos que os trabalhos têm enfoques diferentes e podem ser organizados em quatro grupos temáticos, a saber: 1) Caracterização dos gêneros orais; 2) Análise de aspectos da língua oral; 3) Diferenças entre escrito e oral; e, 4) Ensino e oralidade.

Representamos esses 38 trabalhos em uma tabela (Tabela 2), conforme ano de publicação e o grupo temático ao qual pertencem. Não incluímos, nessa tabela, o ano de 1979, em que não há publicação *on-line*, nem os anos 1980, 1983, 1984, 1992, 1993 e 1997, pois nas edições do evento realizadas nesses anos não encontramos trabalhos referentes à língua na modalidade oral.

Tabela 2: Panorama dos trabalhos sobre língua na modalidade oral

ANO	Caracterização de gêneros orais	Análise de aspectos da língua oral	Diferenças entre oral e escrito	Ensino e oralidade
1978	--	--	--	01
1981	--	--	01	02
1982	--	--	01	--
1985	--	--	--	01
1986	--	--	--	01
1987	01	01	--	02
1988	--	03	--	--
1989	--	04	01	02
1990	01	--	01	01
1991	01	02	--	--
1994	--	02	02	02
1995	--	01	--	--
1996	02	01	--	--
1998	--	01	--	--
Subtotais	05	15	06	12
Total	38			

Centramos nossa atenção nos trabalhos sobre ensino e oralidade, tendo em vista o objetivo deste artigo.

Ensino e oralidade

Os trabalhos que fazem menção à oralidade em sala de aula perfazem um total de 12 trabalhos – Witter et al. (1978), Santos (1981), Fonseca (1981), Gomes (1985; 1986; 1987), Milanez (1987), Mendonça (1989; 1990), Moraes (1989), Fiorin (1994), Mauro, Nicolau (1994). Traçamos, na sequência, comentários mais aprofundados sobre eles.

O trabalho de Witter et al. (1978) é uma pesquisa empírica, realizada junto a alunos de ensino médio, buscando aperfeiçoar a escrita. A atividade proposta, para ser desenvolvida em sala de aula consistiu de três etapas: 1. Pré-teste – solicitação de escrita de uma redação; 2. Treino – divisão da turma em dois grupos, sendo que um deveria produzir uma redação oral coletiva e outro deveria ser o “juiz”; e 3. Pós-teste – solicitação de escrita de outra redação. Para avaliação dos alunos, bem como da eficiência do treino coletivo da redação oral, comparou-se a primeira redação escrita (no pré-teste) com a segunda (no pós-teste). Não há considerações sobre o uso, pelos alunos, da língua na modalidade oral durante o treino coletivo de redação oral e consideram-se apenas as produções escritas.

Santos (1981) aconselha, para aprimorar a produção escrita dos alunos, “leitura orientada; abordagem de assuntos da atualidade ligados à vivência do estudante, estimulando-o a ler, a refletir e falar – produção oral” (p. 178, sublinhado no original). Assim, leitura e produção oral aparecem como pré-requisitos à escrita. Em relação à produção oral, a autora acrescenta que “não pode ser negligenciada, e que precede sempre a atividade central – escrever, sucedendo à leitura” (SANTOS, 1981, p. 179).

O trabalho de Fonseca (1981) é um texto dirigido aos professores da educação básica. O autor aborda o problema enfrentado pelo professor – trabalhar com alunos portadores de defeitos de fala –, e faz sugestões de exercícios corretivos que podem ser realizados por esse profissional. São exercícios de fonologia baseados na repetição de palavras isoladas. Nesses exercícios, o oral é utilizado em função do desenvolvimento de um falar tido como “correto”, visto parecer não serem aceitas as variedades linguísticas naquele momento; percebemos isso na expressão “defeitos de fala”, empregada pela autora.

Gomes (1985) traz colocações sobre a leitura em voz alta, ressaltando a pouca importância que lhe é atribuída em sala de aula. Percebemos que a referida autora apresenta um conceito bem amplo para leitura oral: “A leitura em voz alta pode ser feita desde a forma mais simples – dar uma simples notícia; confirmar e ilustrar uma opinião – como para dar informações a outras pessoas ou recreá-las” (p. 55). Trata-se de um conceito que se afasta da ideia de que leitura em voz alta sempre tem por base e limita-se a um texto na modalidade escrita, ou seja, corresponde unicamente a passagem de um texto da modalidade escrita para a oral.

Gomes (1986) fornece orientações sobre o desenvolvimento da leitura oral em sala de aula, apontando alguns aspectos que devem ser observados, tal como a postura do professor, relatando que “vestígios não-verbais como expressões faciais, certos movimentos do professor, podem também funcionar como fatores de entrave no processo de leitura oral” (p. 166). A autora menciona que a leitura oral “pode ser utilizada no início da formação do processo de ler” (p. 166). Contudo, também “pode ser utilizada nos mais variados contextos da vida humana e que, por este fato, o professor deve preocupar-se em multiplicar as experiências deste tipo de leitura” (GOMES, 1986, p. 168)

Em trabalho posterior, Gomes (1987) aponta que, por muito tempo, a leitura oral predominou nas escolas, até quando pesquisas começaram a demonstrar que “as crianças ensinadas através da leitura oral tendiam a ser mais vagarosas” (p. 198). Assim, passou-se a negligenciar a leitura oral, o que gerou “efeitos negativos, até mesmo pelo não reconhecimento do valor da oralidade” (p. 198).

Milanez (1987), no próprio título de seu trabalho “A hora e a vez do oral no ensino do Português”, já anuncia que defende uma “pedagogia do oral”, ressaltando a importância do desenvolvimento da expressão oral, bem como dando-nos a entender que não havia muito espaço para a oralidade no ensino até aquele momento. A questão do pouco espaço para a oralidade fica evidente nas palavras da autora:

[...] a situação da oralidade no ensino de língua materna parece a mesma de tradicionalmente: além de desconsiderada como variedade de língua [...] é desconsiderada também como meio de comunicação, uma vez que o aluno é avaliado pelo o que escreve, não pelo que fala, como se a escrita fosse o veículo máximo de comunicação entre os homens. (MILANEZ, 1987, p. 239)

Em contraposição a isso, a autora afirma: “sabe-se, no entanto, que a oralidade é condição fundamental de existência de uma língua e é sem dúvida o único instrumento de comunicação indispensável ao homem” (MILANEZ, 1987, p.239).

Como justificativa para esse predomínio da escrita sobre a oralidade, a autora menciona que:

[...] enquanto a escrita nasce nos bancos escolares, adquirida por estratégias pedagógicas, a língua oral nasce no lar, no berço, via natural, sem esforço. E a criança chega à escola, falando, entendendo e sendo entendida. Reside nessa especificidade a causa do oral ter sido sempre relegado a um segundo plano; parece fazer mais sentido, ensinar algo que ainda não se conhece. Daí o privilégio da escrita durante todo o período escolar. (MILANEZ, 1987, p. 240)

Destacamos alguns requisitos apresentados pela autora (MILANEZ, 1987), visando ao desenvolvimento de uma pedagogia do oral, a saber:

- considerar as especificidades da língua na modalidade oral;
- “considerar a sua diversidade, ou seja, a grande variedade de tipos de produções textuais” (p. 242);
- trabalhar com a língua inserida em um processo interativo de comunicação, ou, “aprender a língua em situação” (p. 244).

Mendonça (1989) aponta a dificuldade em alfabetizar adultos e indica a competência comunicativa como a que deve ser primeiramente trabalhada, por ser algo que o aluno já está familiarizado. Essa competência seria articulada com a competência de ler e de escrever, já que “essa articulação é indispensável para palavra escrita [...] é um elo pragmático” (p. 437).

Em trabalho seguinte (MENDONÇA, 1990), o autor também trata da alfabetização de adultos. Ele salienta a importância de se trabalhar a língua na modalidade oral em

sala de aula, apontando que “uma das causas do fracasso no processo de alfabetização de adultos nos países da África e da América Latina é a exclusão da oralidade e, por conseguinte, da cultura do educando” (1990, p. 482).

O autor enfatiza a importância do diálogo em sala de aula, mencionando que “o oral é a base da atividade didática” (MENDONÇA, 1990, p. 483).

Mendonça também relata que no Manual de Alfabetização de Adultos, de cuja elaboração ele participa, sugere-se que o professor desenvolva história oral coletiva continuada, escrevendo-a na lousa, estimule a realização de conversas, relatos, debates e entrevistas; enfim, recupere “a fala como ponte para a introdução na escrita” (1990, p. 485).

Moraes (1989) relata sobre curso ministrado aos professores do ensino fundamental sobre problemas da fala e da escrita na escola. Nas constatações, a autora afirma: “podemos enfatizar que a aprendizagem da leitura e da escrita constitui etapa posterior à aquisição e automatização da língua falada, que deve ser encarada como ponto de partida para o aprendizado do escrito: fala, leitura e escrita não podem ser vistas como funções autônomas, mas abertas umas às outras” (MORAES, 1989, p. 119).

Fiorin (1994) não traz considerações sobre a oralidade diretamente associada ao ensino, mas aponta a inserção tardia da oralidade nos estudos linguísticos; o que, de certa forma, está associada à sua inserção em sala de aula. O autor afirma que:

Embora a linguística tenha afirmado de há muito a primazia da língua oral sobre a língua escrita, construiu seus modelos textuais com base na escrita, onde há uma estabilidade maior, e só com os estudos conversacionais incorporou de fato a especificidade do oral. (FIORIN, 1984, p. 22)

Mauro e Nicolau (1994) desenvolvem a análise conversacional de uma interação estabelecida em sala de aula. Essa interação ocorreu durante processo de alfabetização, no qual se elegeu a oralidade como ponto de partida. Nas palavras das autoras: “a oralidade foi enfocada como princípio orientador da ação educativa e não como objeto de estudo” (MAURO; NICOLAU, 1994, p. 947).

Podemos constatar, a partir desses trabalhos, que a oralidade, nas décadas de 1980 e 1990, fez-se presente no ensino de LP como um recurso que o aluno traz consigo quando começa a frequentar a escola. Em outras palavras, a capacidade de comunicar e de expressar-se, utilizando a língua na modalidade oral, é vista como já tendo sido desenvolvida pelo aluno, de forma plena e satisfatória, em período precedente à inserção no espaço escolar. Assim, entende-se que a oralidade pode auxiliar na compreensão da correspondência entre sons e letras durante a etapa da alfabetização e também contribuir para o aprimoramento da produção textual escrita, no decorrer da escolarização; sem ser destinado espaço para tratá-la, de modo independente, nas aulas de LP.

Conclusões

Mediante os trabalhos selecionados e discutidos acima, percebemos a atribuição de uma maior importância à língua em sua modalidade oral a partir da década de 1980, quando se iniciam os estudos conversacionais. Apesar de haver orientações em documentos legais, desde década de 1950, de que se deveria tratar a língua na modalidade oral,

temos uma inserção tímida da oralidade nas aulas de LP e, conforme exposto na maioria dos trabalhos, uma inserção que ocorre em função da busca por aprimorar a habilidade de escrever dos alunos.

O tratamento da língua oral em sala de aula é visto como um meio utilizado a fim de que o aluno consiga compreender as diferenças entre a escrita e a oralidade ou como um modo de familiarizar o aluno com a língua na modalidade escrita, a partir do que se considera que ele já tem conhecimento suficiente, nesse caso, a língua na modalidade oral.

Assim, a oralidade assume a função de instrumento facilitador da aprendizagem e do aprimoramento da escrita, a qual é preocupação predominante na maioria dos trabalhos analisados. Essa constatação vai ao encontro do exposto por Milanez (1987), quando a autora relata que há uma supervalorização da escrita, pois o aluno é avaliado a partir da produção escrita, sendo desconsiderada sua produção oral.

Outra função assumida pela oralidade é a de guiar a prática pedagógica, tal como referenciada por Mendonça (1990), o que remete para a consideração da oralidade como plano de fundo, a qual oferece condições para o desenvolvimento de conteúdos que são legitimados como objeto de ensino da LP. Em qualquer uma das duas funções atribuídas à oralidade, ela tem um papel secundário no ensino de LP, em comparação, especialmente, com a escrita.

No âmbito dos estudos linguísticos, também identificamos maior valorização do escrito em prol do oral, pois, conforme Fiorin (1994), apesar de se reconhecer a importância do oral, a linguística “construiu seus modelos textuais com base na escrita, onde há uma estabilidade maior, e só com os estudos conversacionais incorporou de fato a especificidade do oral” (p. 22).

Podemos, ainda, articular essa concepção de oralidade – como recurso/instrumento facilitador da aprendizagem da escrita com a descrição trazida nos PCNs, sobre como a oralidade vinha sendo trabalhada: “as situações de ensino vêm utilizando a modalidade oral da linguagem unicamente como instrumento para permitir o tratamento dos diversos conteúdos” (BRASIL, 1998, p. 24). Nos trabalhos analisados, esses conteúdos correspondem à escrita.

Em linhas gerais, podemos dizer que se começa a dedicar maior atenção à língua na modalidade oral, considerando trabalhos acadêmicos, a partir de meados da década de 1980, visto que é nos anos finais da referida década que constatamos uma maior aparição de trabalhos sobre ensino de LP contemplando a oralidade, de trabalhos voltados à análise de aspectos da língua oral bem como de trabalhos sobre língua oral articulados ao ensino.

Tendo em vista as orientações para ensino de LP contidas nos PCN-LP e no Guia 2011, esperamos que a oralidade conquiste mais espaço nas aulas de LP – sendo pensada como uma habilidade a ser desenvolvida, assim como a leitura, a escrita e análise linguística; e que também se multiplique o contingente de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre esse objeto de ensino.

REFERÊNCIAS

- BORTOLANZA, J. O teatro e o ensino de português. In: SEMINÁRIO DO GEL, 22, 1993. *Anais...* São Paulo, 1993, p.585-592. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1307741539_80.bortolanza_joao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/* Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos – PNLD 2011: Língua Portuguesa.* Brasília: Ministério da Educação, 2010. 152 p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico/2349-guia-pnld-2011>>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- CENTOLA, R. de C. A.. O ensino de Língua Portuguesa no ensino secundário: tentativa de renovação. In: SEMINÁRIO DO GEL, 3., 1980. *Anais...* São Paulo, 1980, p. 11-14. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1303871547_3.centola_rita.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- CUNHA, A. de A.; GUIMARAES, E.; CALÇADA, G. F.; GOES, M. L. P. de S. O ensino de língua portuguesa na memória da escola brasileira. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 22, 1993. *Anais...* São Paulo, 1993, p. 253-260. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1307621363_35.cunha_etal.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- CUNHA, A. de A.; GUIMARÃES, E.; CALÇADA, G. F. Projeto de Pesquisa – “Fases do ensino de Língua Portuguesa em São Paulo nas décadas de 60, 70 e 80: levantamento, avaliação e propostas”. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 20., 1991. *Anais...* São Paulo, 1991, p. 190-195. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1306849601_30.cunha_etal.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- FERNANDES, A. G. O professor de Português de 5ª a 8ª séries do 1º grau: sua formação e atuação. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 23., 1994. *Anais...* São Paulo, 1994, p. 689-696. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1308233904_97.fernandes_annie.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- FIORIN, J. L. Linguística: perspectivas e aplicações. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 23., 1994. *Anais...* São Paulo, 1994, p. 18-25. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1308071319_3.fiorin_jose.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- FONSECA, O. Correção de defeitos de fala, relato de experiência. In: SEMINÁRIO DO GEL, 4., 1981. *Anais...* São Paulo, 1981, p. 301-323. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1304358586_22.fonseca_onosor.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- FREGONEZI, D. E. O ensino de língua materna: a(s) competência(s) do professor. In: SEMINÁRIO DO GEL, 18., 1989. *Anais...* São Paulo, 1989, p. 353-366. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1309092897_44.fregonezi_durvali.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. O ensino de língua materna: conteúdo programático de língua portuguesa. In: SEMINÁRIO DO GEL, 20., 1991. *Anais...* São Paulo, 1991, p. 484-491. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1307032750_70.fregonezi_durvali2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GOMES, M. S. A. Leitura Oral. In: SEMINÁRIO DO GEL, 10, 1985. *Anais...* São Paulo, 1985, p. 54-56. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1305121267_12.gomes_maria.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. Voltando a refletir sobre a leitura oral. In: SEMINÁRIO DO GEL, 12, 1986. *Anais...* São Paulo, 1986, p. 165-169. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1305216497_18.gomes_maria.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. A leitura oral e seus objetivos. In: SEMINÁRIO DO GEL, 15, 1987. *Anais...* São Paulo, 1987, p. 198-204. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1305643697_20.gomes_maria.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

GUIMARÃES, E.; CALÇADA, G. F.; CUNHA, A. de A.; BORGES, M. Z.; GOES, M. L. P. de S. Ainda notícias da pesquisa – “Fases do ensino de Língua Portuguesa em São Paulo nas décadas de 60, 70 e 80: levantamento, avaliação e propostas”. In: SEMINÁRIO DO GEL, 21, 1992. *Anais...* São Paulo, 1992, p. 250-256. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1309086315_1992xxi134.guimaraes_etal.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

MAURO, M. A. F.; NICOLAU, M. L. M. Análise de algumas situações de interação em sala de aula. In: SEMINÁRIO DO GEL, 23, 1994. *Anais...* São Paulo, 1994, p. 947-953. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1308096609_33.mauro_e_nicolau.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MENDONÇA, O. C. de. Competência comunicativa e alfabetização de adultos. In: SEMINÁRIO DO GEL, 18, 1989. *Anais...* São Paulo, 1989, p. 432-437. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1309093721_53.mendonca_olympio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. A leitura do mundo precede a leitura da palavra: oralidade e alfabetização. In: SEMINÁRIO DO GEL, 19, 1990. *Anais...* São Paulo, 1990, p. 482-486. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1306411486_67.mendonca_olympio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MILANEZ, W. A hora e a vez do oral no ensino do português. In: SEMINÁRIO DO GEL, 15, 1987. *Anais...* São Paulo: GEL, 1987, p. 239-247. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1305644349_25.milanez_wania.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MORAES, L. C. D. de. O ensino da língua Portuguesa: interação universidade/escola estadual. In: SEMINÁRIO DO GEL, 18, 1989. *Anais...* São Paulo: GEL, 1989, p. 111-122. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1309089818_17.moraes_lygia.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RODRIGUES, A. D. O ensino da língua materna: Alguns objetivos e alguns problemas. In: SEMINÁRIO DO GEL, 1, 1975. *Anais...* São Paulo, 1978, p. 24-29. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1302530671_1.rodriques_ayron.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SANTOS, V. L. P. dos. Considerações teóricas e metodológicas para a seleção de textos. In: SEMINÁRIO DO GEL, 5, 1981. *Anais...* São Paulo, 1981, p. 176-185. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1304361891_14.santos_vera.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SILVA, M. H. de B.; MORAES, T. M. R. Uma proposta de programação em língua portuguesa para ensino de 5ª série. In: SEMINÁRIO DO GEL, 15, 1987. *Anais...* São Paulo, 1987, p. 400-406. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1309098099_41.silva_e_morais.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

WINCH, P. G. Leitura, produção textual, oralidade e conhecimentos linguísticos: possíveis avanços entre PCN-EF e PNLD 2011. In: SEMINÁRIO SOBRE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE/ESCOLA, 2; SEMINÁRIO SOBRE IMPACTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS REDES ESCOLARES, 2, 2011. *Anais...* Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2011. CD-ROM.

WITTER, G. P.; PULLIN, E. M. M. P.; ZANATTA, J. A.; LUTI, M. B.; OLIVEIRA, M. B. F.; LOPES, M. H. R.; MELLO, M. T. O. P.; MEGDA, S. I. D. Análise da eficiência de um procedimento de treino escrito em redação em dois níveis de escolaridade. In: SEMINÁRIO DO GEL, 1, 1975. *Anais...* São Paulo, 1978, p. 46-50. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1302533382_5.witter_etal.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.